



Relatório de 2008 do Sector Empresarial do Estado (SEE)

Julho de 2008

Índice

1. RESULTADOS

2. PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA

3. CARTEIRA

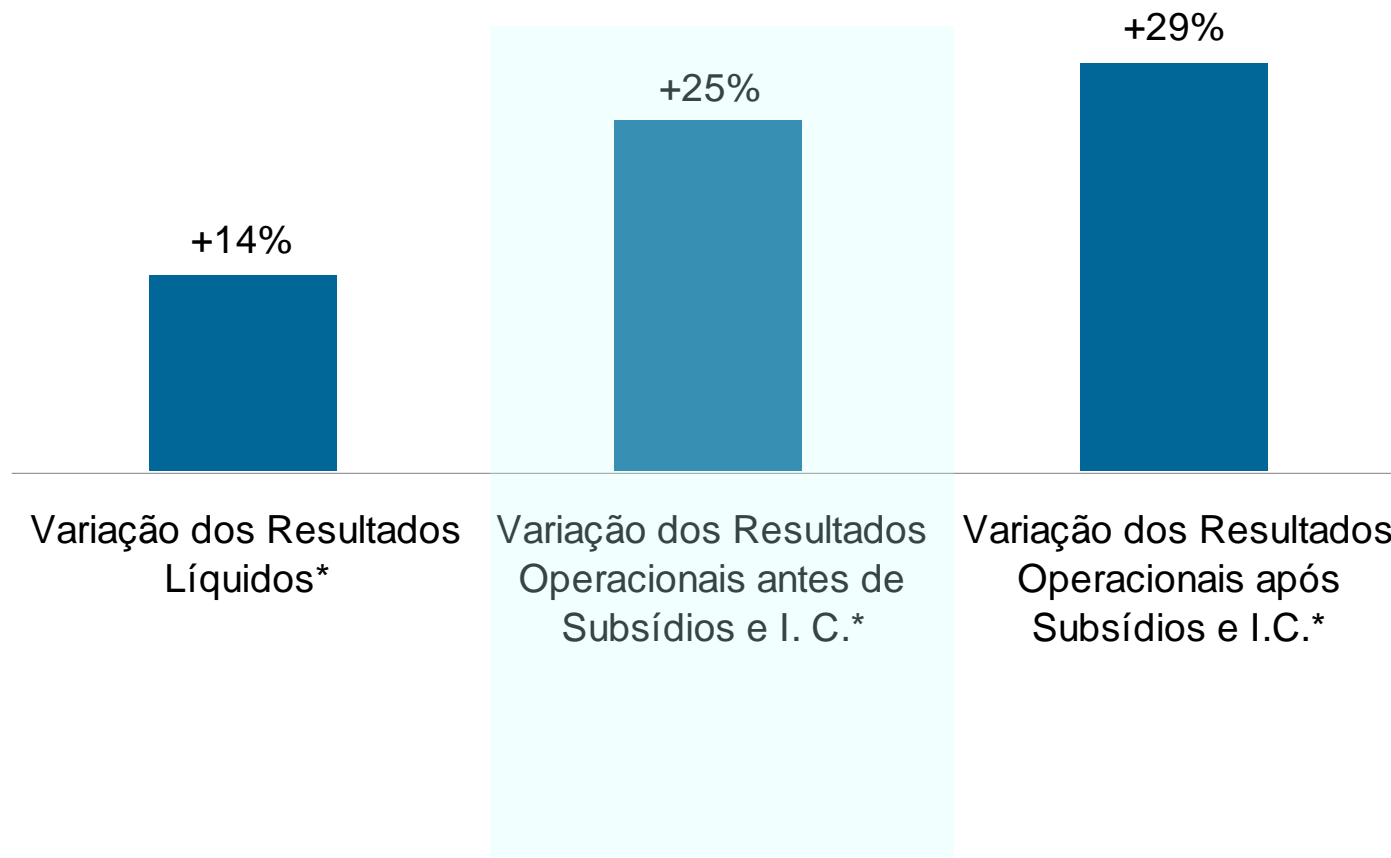
4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

5. MODELO DE GOVERNO

6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

1. Em 2007 o SEE registou uma melhoria da sua performance operacional de 25%

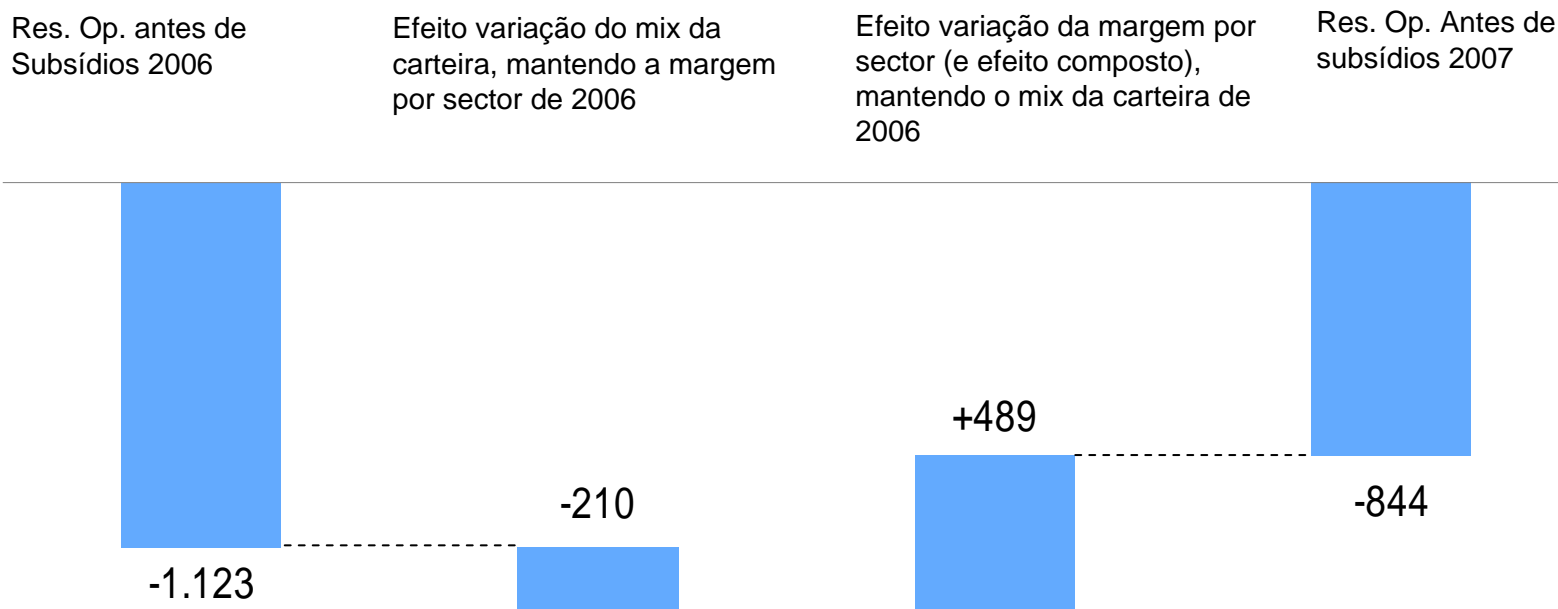
Evolução dos Resultados 2006-2007. Empresas Públicas não financeiras (EPNF). Percentagem.



*Exclui a PARPÚBLICA, isolando assim o efeito das mais valias de privatizações em 2006 e 2007

1. A performance operacional melhorou sobretudo em virtude do aumento da rentabilidade por sector

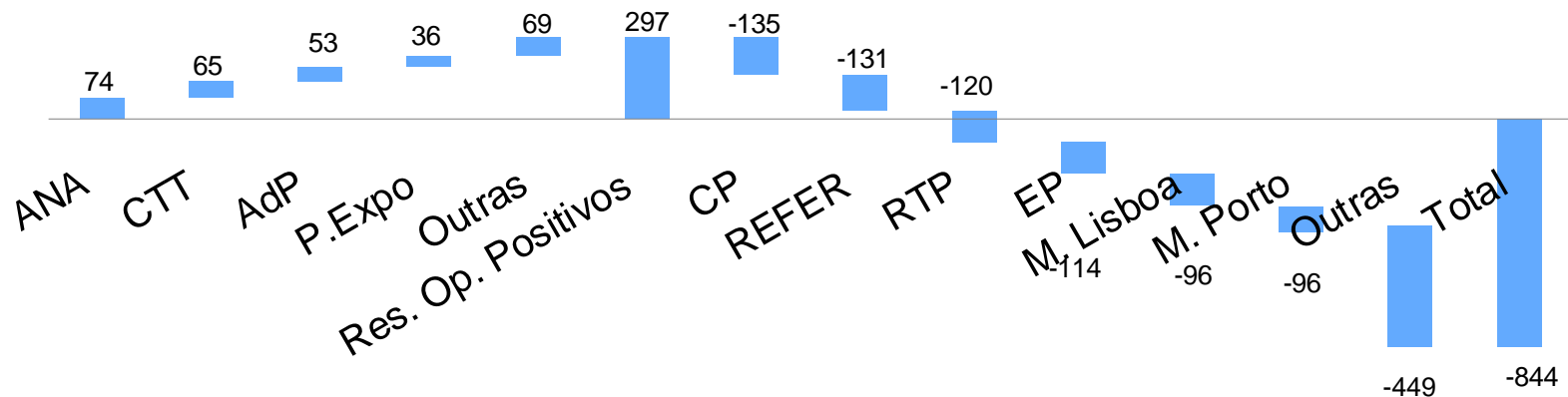
Efeito mix e rentabilidade na evolução do Res. Op. antes de Subsídios e I.C. EPNF. Milhões de euros.



O alargamento do âmbito do SEE aos “hospitais-empresa” (por transferência de entidades do Sector Público Administrativo) gerou uma redução da rentabilidade média da carteira (apesar da rentabilidade destes hospitais ter vindo a melhorar significativamente). No entanto, este efeito foi mais do que compensado pelo aumento da margem por sector no resto do portfolio

1. As empresas públicas não financeiras exigem do Estado actuações distintas

Principais contributos para o Res. Op. Antes de Subsídios e I.C. em 2007. Milhões de euros. EPNF.



Empresas com Res. Op. positivo em 2007

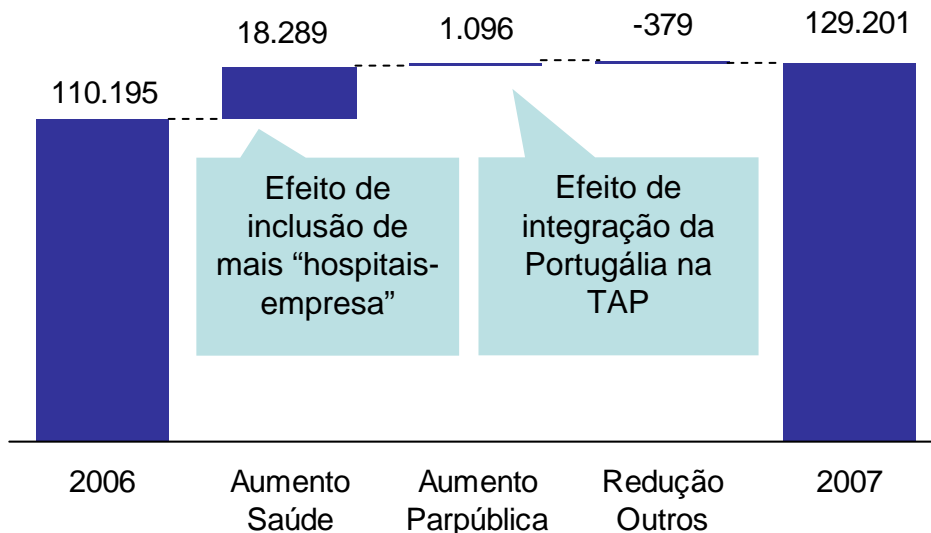
Empresas com Res. Op. negativo em 2007

Recomendações / próximos passos

- Clara separação entre actividades de “serviço público” e actividades “mercantis”
- Contratualização de “serviço público” (financiado pelo OE), pautada por critérios de qualidade e eficiência
- Aumento da exigência quanto à rentabilidade para as actividades “mercantis”

2. Apesar de ter aumentado, a evolução da produtividade ficou aquém da ambição do accionista

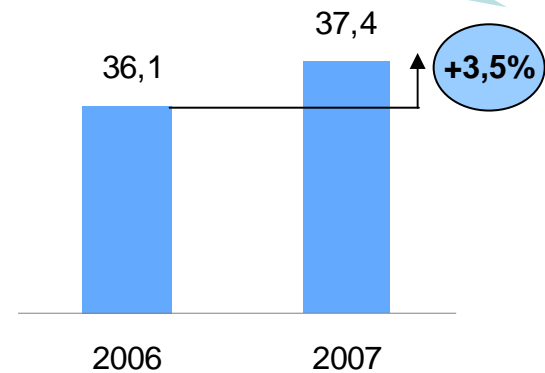
Número de colaboradores. EPNF.



VABcf por colaborador.

Milhares de euros por colaborador.
EPNF.

• Isolando o efeito da inflação, o crescimento da produtividade no SEE seria 0,7%

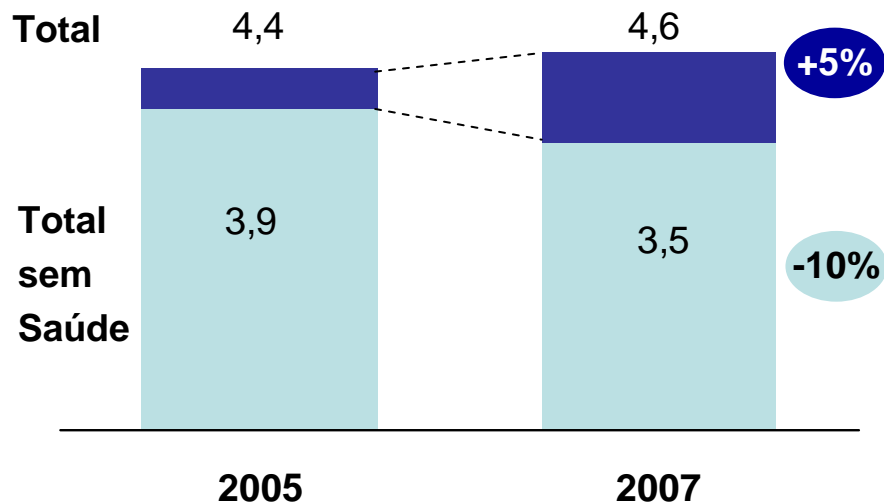


Recomendações / próximos passos

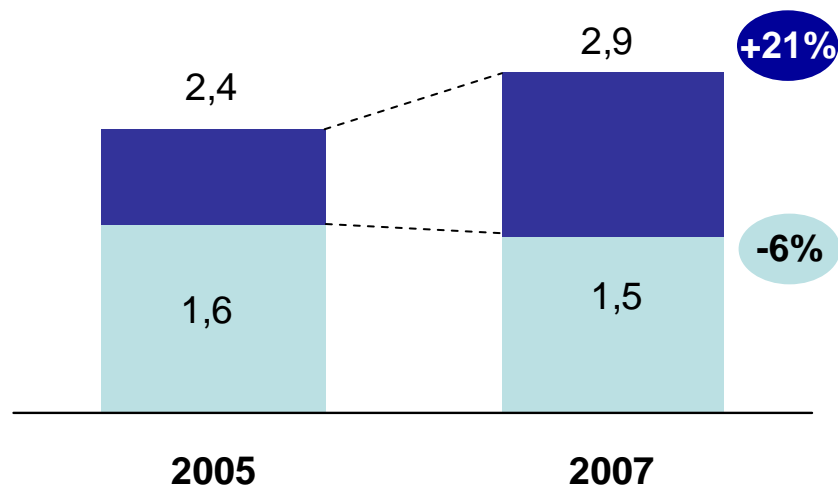
- Continuação da criação de práticas de gestão rigorosa, suportadas pela monitorização periódica da performance
- Fixação de objectivos claros e avaliação dos órgãos de gestão de acordo com o cumprimento dos mesmos
- Esforço de aceleração do ritmo de crescimento da produtividade

3. O SEE tem vindo a reduzir o seu peso no PIB e no Emprego, isolando efeitos de comparabilidade

Peso do SEE no PIB. Percentagem



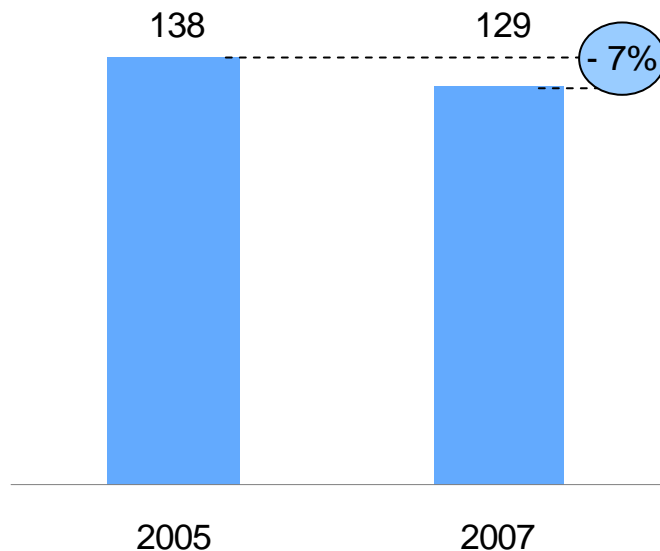
Peso do SEE no Emprego. Percentagem



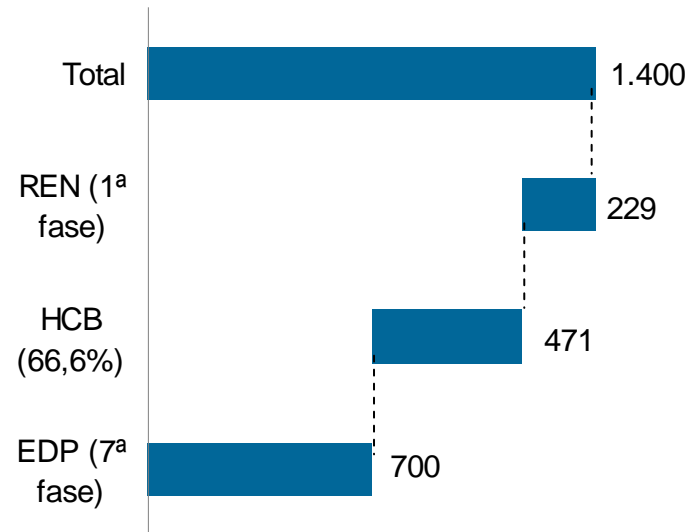
- O SEE alargou o seu âmbito no sector da Saúde em 2006 e 2007, por transferência de entidades do Sector Público Administrativo, pelo que os valores não são comparáveis
- Isolando este efeito, o peso do SEE no PIB e no Emprego tem vindo a cair

3. Apesar do esforço de racionalização da carteira, há que continuar no caminho das privatizações

**Número de Empresas do SEE
excluindo empresas em liquidação**



**Receitas líquidas de privatizações.
Milhões de euros. 2007**

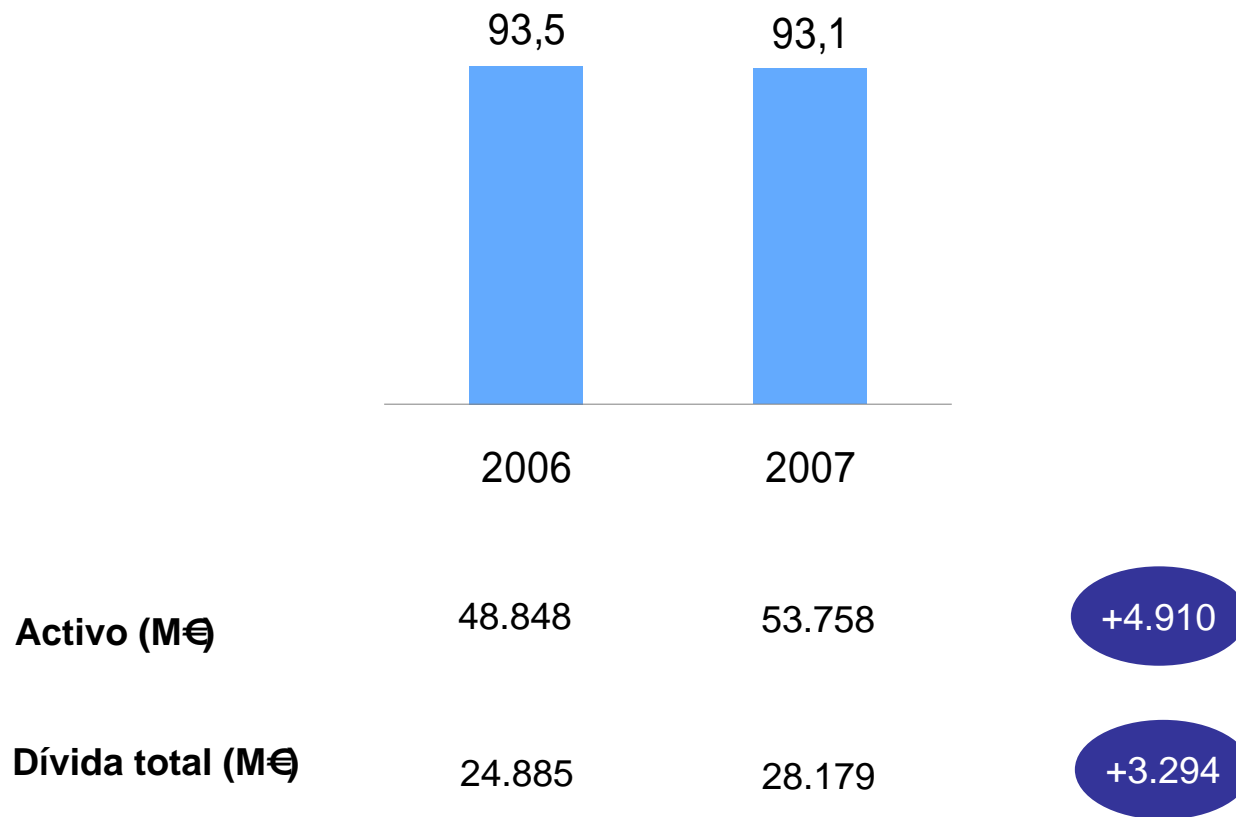


Recomendações / próximos passos

- **Prossecução do programa de privatizações**
- **Continuação da alienação de participações minoritárias não estratégicas (carteira acessória)**

4. A estrutura patrimonial do SEE manteve-se, com o acréscimo da dívida a converter-se em investimento

Estrutura Patrimonial (Cap. Perm. /Activo fixo). Percentagem. EPNF.



Recomendação / próximos passos

Num contexto de subida das taxas de juro e consolidação orçamental, necessidade de racionalização do investimento e de adequação dos planos de investimento à capacidade de financiamento das Empresas e do Estado

5. O modelo de governo foi modernizado sendo agora necessário estendê-lo a todas as empresas

Princípios de Bom Governo

Em que consiste

A RCM nº 49/2007, de 28 de Março, define boas práticas de governo das sociedades e atribui ao SEE a obrigação de as seguir

Empresas que em 2007, cumpriram a generalidade dos Princípios de Bom Governo

- | | |
|------------------|--------------------|
| •ANA | •EGREP |
| •APL | •EDIA |
| •APSS | •EMPORDEV |
| •CHosp.Porto EPE | •INOV Capital |
| •Carris | •P. Expo |
| •CTT | •PME Investimentos |
| •CP | •M. Lisboa |
| | •REFER |

Regime de Fiscalização

Em que consiste

O DL 76-A/2006, que introduziu alterações no Código das Sociedades Comerciais, define um modelo mais rigoroso para os órgãos de fiscalização

Empresas com novo modelo de fiscalização

- | | | |
|---------|-------|-----------|
| •CGD | •APL | •Carris |
| •CTT | •APS | •EMPORDEV |
| •P.EXpo | •APSS | •STCP |
| •EDIA | •ANA | •EP |
| •AdP | •ANAM | •M. Porto |
| •APDL | •NAER | |

Orientações de Gestão

Em que consiste

O Estatuto do Gestor Público (DL 71/2007, de 27 de Março), estabelece a definição de orientações pelo accionista.

A RCM nº 70/2008, de 22 de Abril, define orientações gerais.

Empresas com orientações de gestão aprovadas

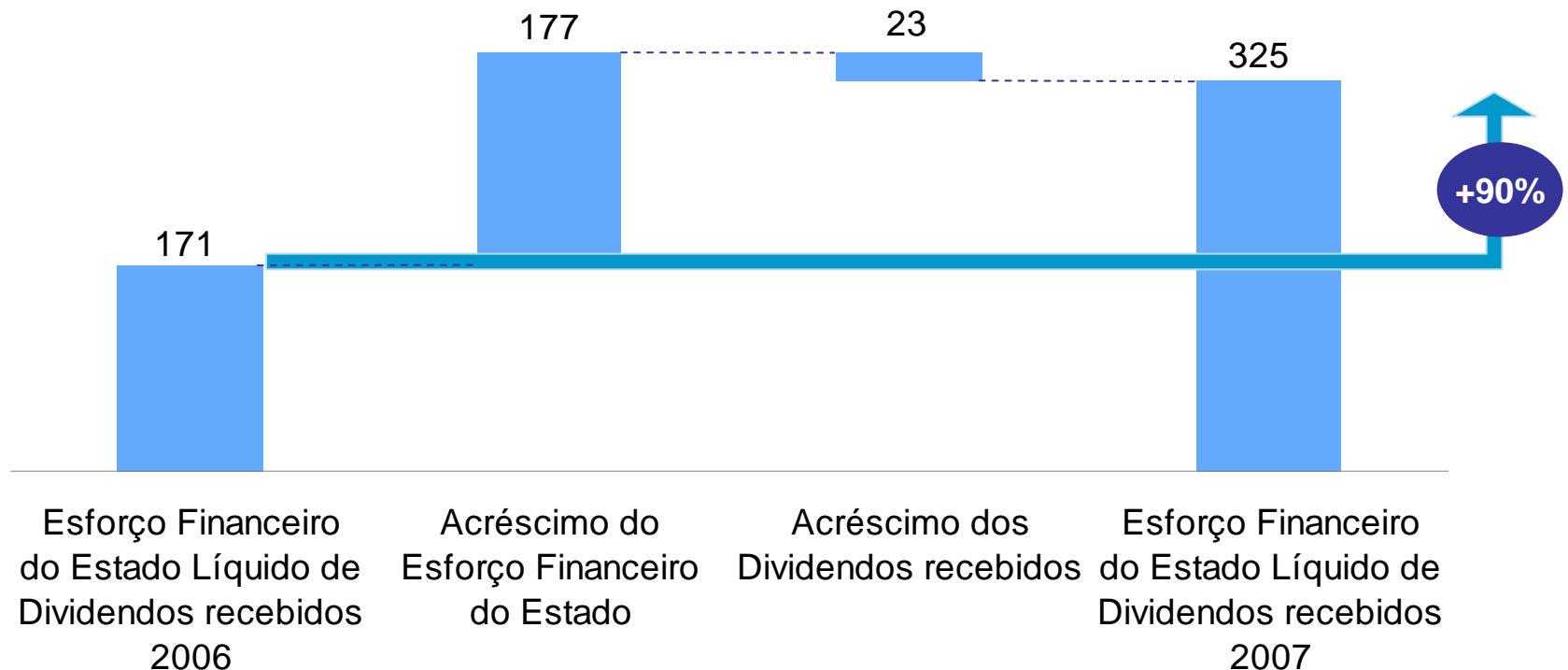
- | | | | |
|-------|---------|----------|-----------|
| •RTP | •APSS | •Carris | •PME Inv |
| •Lusa | •Docap | •STCP | •INOV Cap |
| •ANA | •EDIA | •MMond | |
| •APA | •SIMAB | •Parpubl | |
| •APDL | •P.Expo | •ENATUR | |
| •APL | •CTT | •CGD | |
| •APS | •AdP | | |

Recomendações / próximos passos

Extensão a todas as empresas do SEE das reformas já lançadas

6. Apesar da consolidação das contas públicas, o Estado aumentou o seu apoio líquido em 90%

Milhões de euros

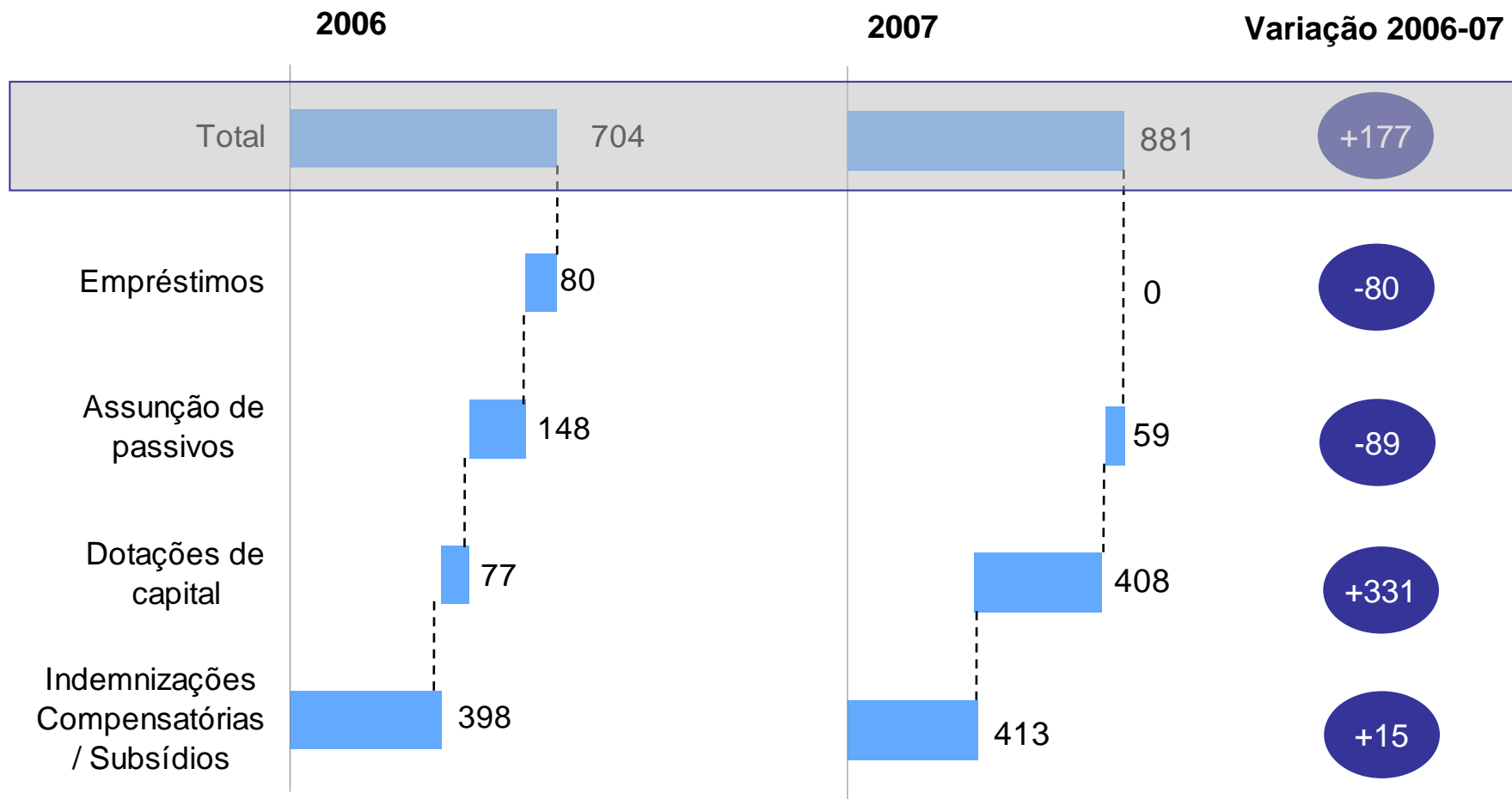


Recomendações / próximos passos

- Continuação da subvenção do “serviço público”, pautada por critérios de qualidade e eficiência
- Orientação para a rentabilidade nas actividades “mercantis”

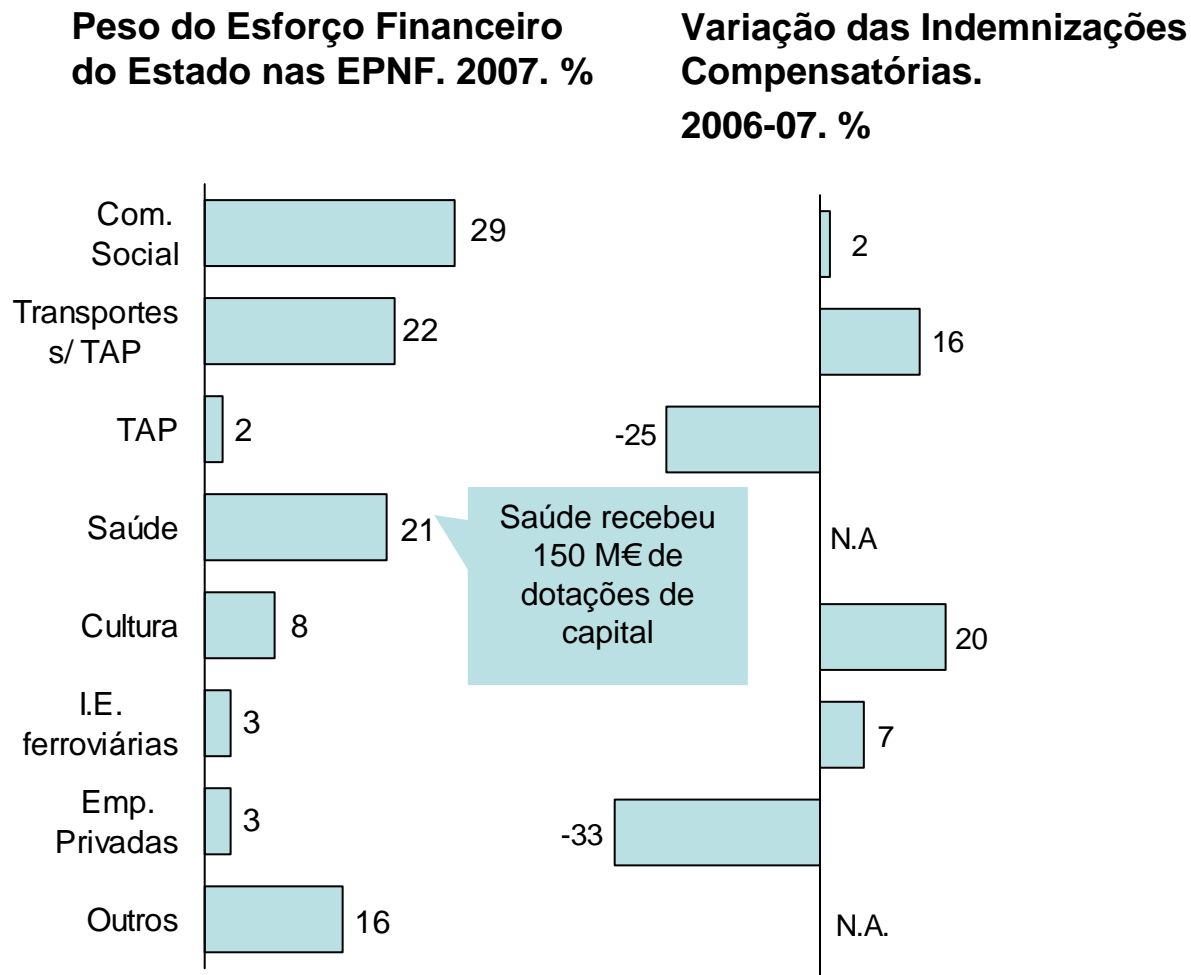
6. O esforço financeiro do Estado aumentou 177 M€, concentrando-se em I.C. e em dotações de capital

Esforço financeiro do Estado, por instrumento. Milhões de euros



6. Em 2007 o Estado reforçou o investimento na Saúde e as I.C. nos Transportes

Esforço Financeiro do Estado junto das Empresas Públicas Não Financeiras

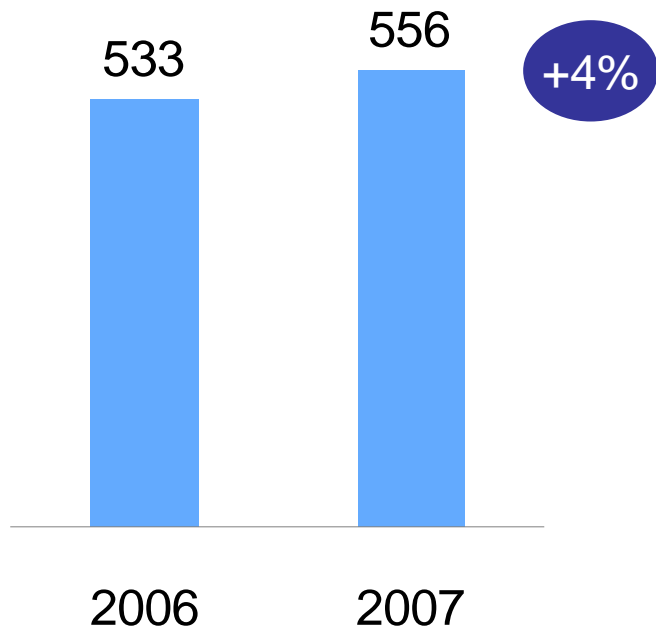


Principais mudanças

- **Moderação das I.C. para a “Comunicação Social”, ainda pautada por compromissos passados**
- **Elevado aumento do investimento do Estado no sector “Saúde” (150 M€ de dotações de capital)**
- **Reforço das I.C. no sector dos Transportes**

6. O Estado recebeu mais 4% de dividendos das Empresas com bons resultados

Dividendos Recebidos. M€



Empresas	Pay out ratio, 2005. %	Pay out ratio 2006. %
Parpublica	50%	66%
CTT	0*	37%
ANA	25%	50%
NAV	5%	46%
APS	0*	50%
APDL	50%	50%
CGD	56%	48%
Banco de Portugal	50%	50%

*Cobertura de resultados transitados

Nota: Os dividendos recebidos dizem respeito ao ano anterior, pelo que se apresenta o pay out ratio de 2005 (relativo a dividendos recebidos em 2006) e o pay out ratio de 2006 (relativo a dividendos recebidos em 2007).

Síntese de Conclusões

1. RESULTADOS

Aumento do Resultado Líquido em 14%* e do Resultado Operacional antes de Subsídios e Indemnizações Compensatórias em 25%*, por via do aumento da rentabilidade por Sector.

2. PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA

Produtividade do trabalho no SEE verifica um pequeno aumento (+3,5% a preços correntes e +0,7% a preços constantes), tendo esta evolução ficado aquém da ambição do accionista.

3. CARTEIRA

Número de empresas na carteira do SEE em diminuição, tendo reduzido 7% face a 2005.

Redução continuada do peso do SEE no PIB (-10% vs. 2005) e no emprego (-6% vs.

2005), quando excluída a Saúde, isolando assim os efeitos de inclusão no SEE de “hospitais-empresa”.

Considerando todos os sectores, o peso do SEE no PIB aumentou 5% e no Emprego aumentou 21% face a 2005.

4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

Aumento da dívida total das empresas públicas não financeiras em ≈ 3.300 M€,

tendo este endividamento sido canalizado para investimento, mantendo-se, assim, o equilíbrio patrimonial.

5. MODELO DE GOVERNO

Modernização do Modelo de Governo do SEE, já implementado nas principais empresas.

6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

Mesmo num contexto de consolidação orçamental, o Estado aumentou o seu esforço financeiro líquido de dividendos em 90%, tendo a Saúde recebido o maior acréscimo de investimento do Estado nas empresas não financeiras (mais 150 M€ vs. 2006).

Recomendações / Próximos passos

1. RESULTADOS e 2. PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA

- Necessidade de uma clara segregação de actividades de “Serviço Público” e de actividades “Mercantis”. A prestação de “Serviço Público” deve ser contratualizada de forma rigorosa e orientada à qualidade e eficiência, e suportada pelo O.E.. Por seu lado, as actividades “Mercantis” devem ser financeiramente auto-sustentadas, e orientadas à rentabilidade.
- Continuação da criação de práticas de gestão rigorosa, suportadas pela monitorização periódica da performance (RCM nº 70/2008, de 22 de Abril), pela fixação de objectivos claros e pela avaliação dos órgãos de gestão de acordo com o cumprimento dos mesmos (DL nº 71/2007, de 27 de Março)
- Esforço de melhoria do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho no SEE

3. CARTEIRA

- Continuação da racionalização da carteira (alienando participações minoritárias em áreas não estratégicas) e prossecução do Programa de Privatizações, à medida que as empresas públicas se vão modernizando e tornando mais competitivas

4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

- Num contexto de subida das taxas de juro e consolidação orçamental, necessidade de racionalização do investimento e de adequação dos planos de investimento à capacidade de financiamento das Empresas e do Estado

5. MODELO DE GOVERNO

- Extensão a todas as empresas do SEE das reformas já lançadas nas maiores empresas: novo regime de fiscalização, orientações de gestão e cumprimento de Princípios de Bom Governo

6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

- Continuação do investimento do Estado para potenciar ganhos de eficiência e o retorno accionista futuro
- Subvenção de actividades de “Serviço Público” de forma transparente e rigorosa